



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Arcabouço fiscal e crise no SVB seguem no centro das atenções na semana

Após a concordância do Ministério do Planejamento em relação ao desenho do novo arcabouço fiscal elaborado pela Fazenda, a expectativa agora é pela aprovação do presidente Lula. Caso o presidente dê seu aval para a proposta da área econômica, o teor do texto finalmente deve se tornar público. Segundo informações veiculadas na imprensa, o novo arcabouço, que irá substituir a regra do teto de gastos, deve trazer uma combinação de regras para as despesas, a dívida e o resultado primário. A indicação da Ministra Tebet de que os agentes do mercado devem gostar do texto ajudou a reduzir os juros futuros na última semana. Caso a reação do mercado seja, de fato, positiva, deve abrir espaço para que o Copom sinalize em sua reunião da próxima semana que o processo de redução da taxa Selic pode ocorrer antes do previsto até então. Mas é fundamental que o plano seja crível para permitir que o BCB altere a sua sinalização, até aqui conservadora em relação aos seus próximos passos.

A agenda de indicadores é bastante enxuta na semana. Destaque para os números do mercado de trabalho (PNAD) que serão divulgados pelo IBGE na sexta (17) e devem mostrar alguma resiliência, a despeito da desaceleração econômica. A expectativa é de que a taxa de desemprego avance para 8,2% no trimestre encerrado em janeiro (ante 7,9% em dezembro), impactada pela sazonalidade negativa do período (demissão de temporários contratados para eventos de fim de ano). Na margem e com ajuste sazonal, o indicador deve mostrar alguma estabilidade, suportado ainda pelo bom dinamismo do segmento formal. Ainda, a FGV divulga o IGP-10 de março na quinta (16), que deve manter os sinais de acomodação da inflação neste início de ano e subir apenas 0,06% no mês, com os preços no atacado se mantendo praticamente em estabilidade ante o mês anterior.

Por outro lado, a agenda internacional será movimentada, com os agentes se mantendo atentos aos desdobramentos da crise que levou à falência do banco norte-americano SVB. O Fed, em conjunto com o FDIC, afirmaram que os clientes cobertos pelas regras do FDIC terão acesso aos seus depósitos ainda hoje, embora depositantes não garantidos não serão protegidos. Além disso, a autoridade monetária norte-americana irá abrir uma linha de financiamento emergencial com prazo de 1 ano para os bancos que tiverem algum tipo de problema de liquidez. Vale notar que as ações de alguns bancos regionais do país estão sob forte pressão nas operações do *pré-market*, com temores que a crise se alastre para outros *players*, dado que outro banco (de menor porte), o *Signature Bank*, também foi liquidado no fim de semana. Importante observar se a ação do Fed será capaz de evitar novos problemas no setor, que, por ora, parece algo localizado, mas que pode ter novos desdobramentos. Além disso, o mercado deve ponderar qual o impacto sobre a condução da política monetária pelo Fed.

Neste sentido, em relação aos indicadores, atenção para os dados de inflação dos EUA, que deve se manter pressionada. A inflação ao consumidor (CPI) de fevereiro será conhecido na terça (14), e a expectativa do consenso é de alta de 0,4% no mês, acumulando avanço de 6,0% (ante 6,4%) em 12 meses. Outras divulgações importantes que ocorrerão na semana e também ajudarão a calibrar os próximos passos da política monetária dos EUA são o resultado da inflação ao produtor (PPI), na quarta (15), e os dados do varejo e da indústria para o mês de fevereiro, que serão conhecidos na quarta (15) e sexta-feira (17), nesta ordem.

Na Zona do Euro, o destaque será a reunião de política monetária do BCE na quinta-feira (16), onde o mercado espera uma alta de 0,50 pp, a terceira consecutiva, o que levaria os juros (taxa de refinanciamento) para 3,5% aa na região. A autoridade monetária segue preocupada com a inflação, especialmente com o núcleo, que segue na faixa de 5,0%, bem acima da meta (2,0%). Neste sentido, na sexta-feira (17) será divulgado o dado final do CPI do bloco para o mês de fevereiro, que deve desacelerar para 8,5% (ante 8,6% em janeiro). Na China, o mercado estará atento aos dados de atividade (indústria e varejo) referentes ao 1º bimestre, que devem mostrar alguma retomada da economia após a retirada das restrições sanitárias. Após números fortes dos PMIs, os dados mais fracos da última semana trouxeram alguma cautela quanto ao real ritmo de retomada da economia chinesa.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
16/mar	FGV: IGP-10	Mar/23	0,06% m/m 1,15% a/a	0,02% m/m 2,26% a/a
17/mar	PNAD: Taxa de Desemprego	Jan/23	8,2%	7,9%

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
14/mar	EUA	Inflação ao Consumidor (CPI)	Fev/23	0,4% m/m 6,0% a/a	0,5% m/m 6,4% a/a
14/mar	China	Produção Industrial	Jan-Fev/23	2,6% a/a	1,3% a/a
14/mar	China	Vendas no Varejo	Jan-Fev/23	3,5% a/a	-1,8% a/a
15/mar	Zona do Euro	Produção Industrial	Jan/23	0,3% m/m	-1,1% m/m
15/mar	EUA	Inflação ao Produtor (PPI)	Fev/23	5,4% a/a	6,0% a/a
15/mar	EUA	Vendas no Varejo	Fev/23	-0,4% m/m	3,0% m/m
16/mar	Zona do Euro	Reunião de Política Monetária do BCE	-	3,00% aa; 3,50% aa; 3,75% aa	2,50% aa; 3,00% aa; 3,25% aa
16/mar	EUA	Construção de Casas Novas	Fev/23	0,1% m/m	-4,5% m/m
16/mar	EUA	Alvarás para novas construções	Fev/23	0,5% m/m	0,1% m/m
17/mar	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Fev/23 – final	8,5% a/a	8,6% a/a
17/mar	EUA	Produção Industrial	Fev/23	0,2% m/m	0,0% m/m
17/mar	EUA	Confiança do Consumidor (Univ. Michigan)	Mar/23 – prévia	67,0 pts	67,0 pts

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Inflação de serviços pressiona e mercado de trabalho se mostra resiliente

O IPCA subiu 0,84% em fevereiro, um pouco acima do esperado (+0,78%), pressionado por reajustes típicos para o mês, em especial do grupo educação. Em 12 meses, o IPCA desacelerou de 5,77% para 5,60%, assim como observado nas medidas de núcleos, mas de forma lenta e se mantendo em alto patamar.

No mês, a aceleração do indicador (ante alta de 0,53% em janeiro) ficou concentrada em 4 grupos. O maior impacto veio do grupo educação, que registrou forte alta de 6,28% e foi responsável por 42,1% da inflação do mês, devido aos reajustes das mensalidades escolares no início do ano letivo, pressionando a inflação de serviços no mês (+1,41%). A segunda maior alta veio do grupo saúde e cuidados pessoais (+1,26%), liderada pelos itens de higiene pessoal (+2,80%). Outra importante alta veio do grupo habitação (+0,82%), puxado principalmente pela energia elétrica (+1,37%), diante da reincorporação de algumas tarifas (TUST e TUSD) na base de cálculo do ICMS, mas também por reajustes típicos no início do ano, como do aluguel residencial (+0,88%) e das tarifas de água e esgoto (+0,87%).

Na outra ponta, o grupo alimentos e bebidas desacelerou de 0,59% para 0,16%, beneficiado pelo recuo dos preços das carnes (-1,22%) e de tubérculos, raízes e legumes (-8,08%). O grupo transportes também desacelerou (0,37% ante 0,55%), com recuo das passagens aéreas (-9,38%).

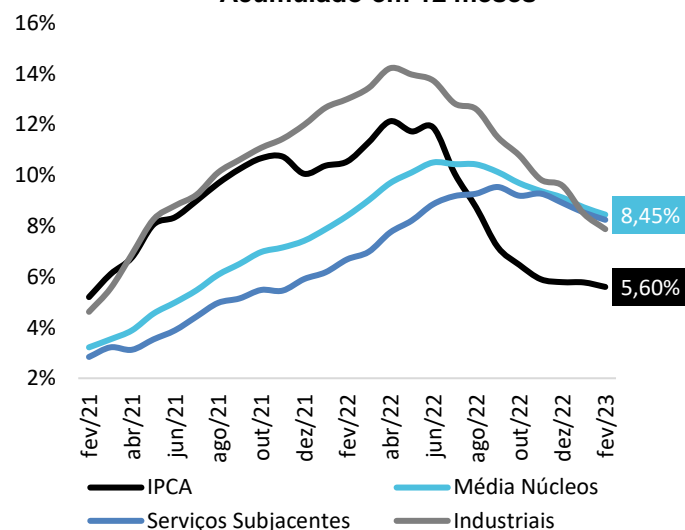
No geral, a leitura de fevereiro mostrou uma inflação de serviços um pouco acima do esperado, pressionada pelo reajuste vindo do grupo educação, o que traz alguma preocupação quanto à velocidade do processo de desinflação. Como alento, os preços dos bens industriais e dos alimentos têm mostrado um comportamento mais benigno. Com isso, a média das principais medidas de núcleo seguiu em desaceleração, de 8,73% para 8,45%, mas de forma lenta e se mantendo em alto patamar. Ainda, as informações vindas do atacado sugerem continuidade deste movimento à frente, conforme apontou o IGP-DI da FGV, que mostrou ligeira deflação de 0,04% no atacado em fevereiro, beneficiado pela deflação dos itens industriais (-0,16%) no período. Por fim, em março, o IPCA deve mostrar alta similar (ou um pouco menor do que) a de fevereiro, devido à reoneração dos tributos federais sobre os combustíveis.

Quadro 1: IPCA – Var. % mensal



Fonte: IBGE

Quadro 2: IPCA e Aberturas – Acumulado em 12 meses



Fonte: IBGE

No mercado de trabalho, o Caged registrou geração líquida de 83,3 mil vagas formais em janeiro, acima do esperado (65,0 mil), mostrando alguma perda de fôlego no ritmo de contrações, mas de maneira contida, sugerindo alguma resiliência do segmento.

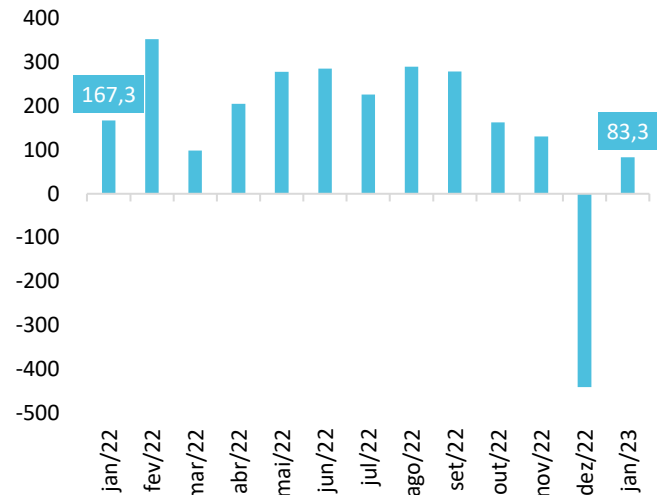
Apesar da surpresa positiva, o resultado veio abaixo do observado em janeiro de 2022 (167,3 mil). No mês, houve geração de vagas no setor de serviços (+40,7 mil), na construção (+39,0 mil), na indústria (+34,0 mil) e na agropecuária (+23,1 mil). Apenas o comércio registrou redução líquida de vagas (-53,5 mil), pressionado pelas demissões de temporários contratados para os eventos de fim de ano (sazonal).

Contudo, na comparação com janeiro de 2022, o setor que apresentou a maior queda na geração de vagas foram os serviços (115,9 mil em jan/22), provavelmente refletindo alguma exaustão do processo de retomada do setor, passada a normalização das atividades presenciais. Por outro lado, os demais mostraram números bastante semelhantes, inclusive com alguma melhora por parte do varejo (-53,5 mil ante -63,9 mil).

No geral, o resultado foi positivo, sinalizando um mercado de trabalho ainda resiliente neste início de ano, sendo um importante vetor para a expansão do consumo das famílias e da atividade. Porém, ao longo de 2023, a perspectiva é que o mercado de trabalho mostre números mais modestos de geração de vagas.

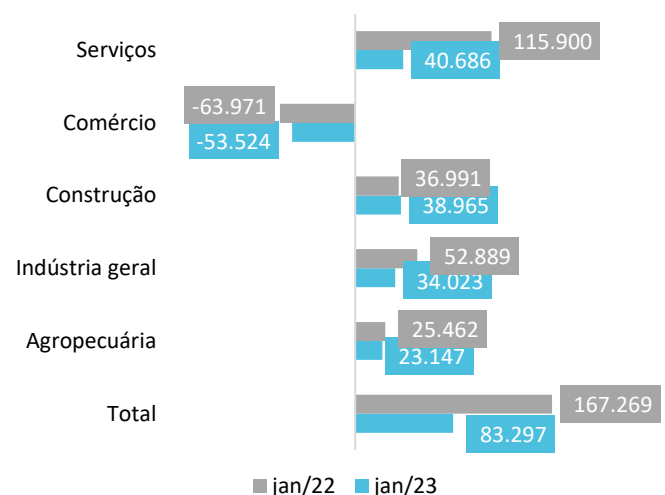
Os números do setor automotivo também apontam arrefecimento da economia neste início de ano. Foram produzidos 161,2 mil veículos (Anfavea) e emplacados 129,9 mil (Fenabreve) em fevereiro, com retração de 2,9% e de 1,9% na comparação interanual, respectivamente. No agregado do primeiro bimestre, os resultados mostram ligeira melhora (0,8% e 5,4%, nessa ordem), mas bastante tímida e em nível bem abaixo da média dos últimos anos. O fraco desempenho sinaliza uma demanda corrente fragilizada, diante da política monetária restritiva e elevados preços dos novos veículos (aumento dos custos de produção e dos requisitos de segurança).

Quadro 3: Geração de Empregos Formais – em milhares



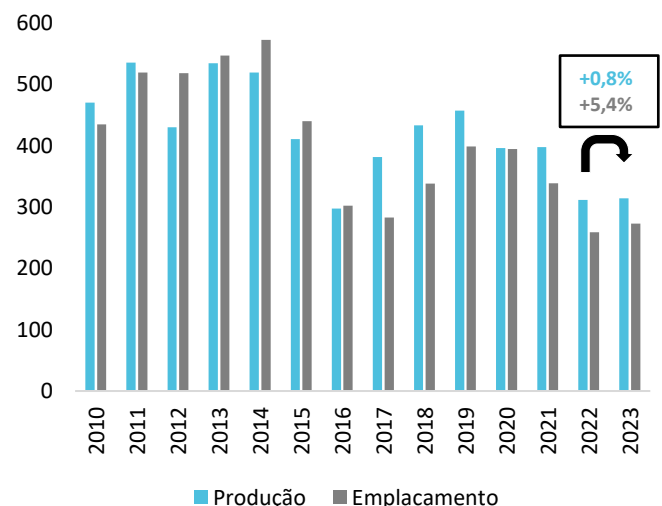
Fonte: Caged.

Quadro 4: Geração de Empregos Formais – Por setor



Fonte: Caged.

Quadro 5: Produção e Emplacamento de Veículos 1º bimestre



Fonte: Anfavea e Fenabreve

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

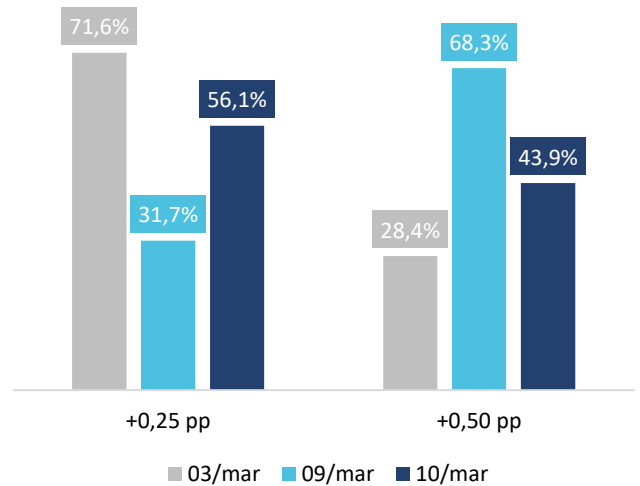
Postura mais dura do Fed e problema no setor bancário dos EUA derrubam mercados

O presidente do Fed, Jerome Powell, fez um discurso bastante duro em seu testemunho no Congresso dos EUA, sinalizando que a instituição pode ir além do esperado até o momento em seu processo de aperto monetário para combater à inflação, que se mantém alta e resiliente. Tal postura levou os agentes a precificarem ao longo da semana uma alta de 0,5 pp (cf. Quadro 6) nos *Fed Funds* na reunião de março, o que significaria uma reversão da estratégia adotada em fevereiro (alta de 0,25 pp). Ao mesmo tempo, o mercado passou a projetar uma taxa terminal maior, de 5,75% aa. Além disso, a liquidação do banco norte-americano SVB, decorrente inicialmente de um problema de liquidez (que se tornou de solvência) também contribuiu com o aumento da aversão ao risco nos mercados, derrubando os principais índices acionários globais, mas principalmente as ações do setor nos EUA (cujo índice recuou 12,25% na semana) num receio de possível efeito contágio.

Por outro lado, a divulgação dos dados do mercado de trabalho (*payroll*) dos EUA na sexta-feira (10) trouxe algum alívio, em especial, na curva de juros, onde os agentes voltaram a precificar uma nova alta de 0,25 pp e uma taxa terminal de 5,50% aa. Apesar dos dados do *payroll* mostrarem nova geração robusta de vagas de emprego em fevereiro (311 mil), acima da expectativa (215 mil), houve redução ante janeiro (504 mil), alta da taxa de desemprego, que subiu para 3,6% (ante 3,4% em jan/23) e menor avanço dos ganhos salariais, que subiram 0,2% no mês (ante 0,3% em jan/23).

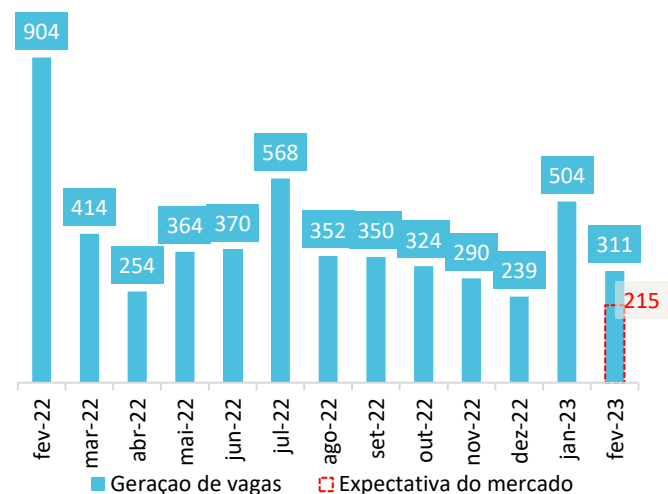
Na China, houve alguma decepção com os dados conhecidos na semana, após os índices PMI sugerirem uma recuperação mais forte do país na semana anterior. As exportações caíram 6,8% no primeiro bimestre do ano (no comparativo com o mesmo período de 2022), um pouco menos do que o esperado (-9,0%), mas ainda sinalizando que a desaceleração da atividade global pesa sobre a economia chinesa. Já as importações recuaram 10,2%, bem pior do que o consenso de mercado (-5,5%), indicando que a demanda interna segue enfraquecida. Já a inflação ao consumidor (CPI) desacelerou mais que o esperado, atingindo 1,0% (acum. 12 meses) em fevereiro (ante 1,9%), enquanto os preços ao produtor (PPI) seguem em deflação (1,4%) no mesmo comparativo, também sugerindo um baixo dinamismo da demanda interna. Por fim, na Zona do Euro, as vendas no varejo subiram 0,3% no mês de janeiro, abaixo do esperado (+0,6%), com maiores gastos com alimentação, compensados parcialmente pela queda em combustíveis.

Quadro 6: Evolução da probabilidade de elevação dos juros pelo Fed na reunião de março



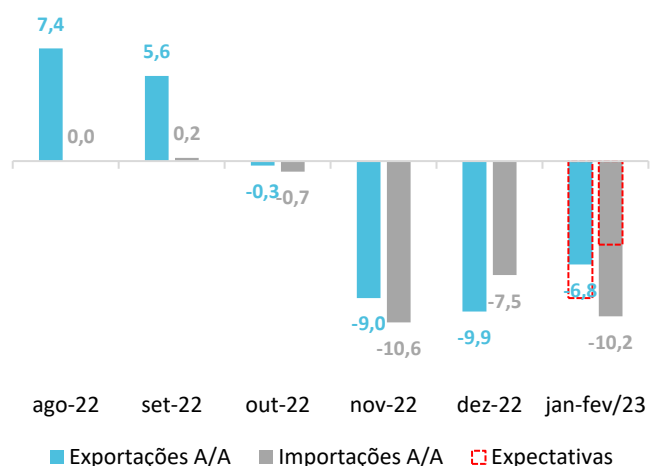
Fonte: CME Group.

Quadro 7: EUA – Geração de Vagas de Emprego Em milhares



Fonte: Bloomberg.

Quadro 8: China – Exportações e Importações Var.% ante o mesmo mês do ano anterior



Fonte: Bloomberg.

Relatório Mensal da Caderneta de Poupança – Fev/23

CRÉDITO / BANCOS

O Banco Central do Brasil (BCB), em seu relatório mensal da caderneta de poupança, divulgou que a modalidade registrou novamente perda de recursos, com captação líquida negativa de R\$ 11,5 bilhões em fevereiro, pior resultado para o mês desde 1998, com dados já ajustados pelo IPCA.

Ainda que, assim como em janeiro, a modalidade tenha sazonalidade negativa em fevereiro, devido às despesas extras de início de ano, o resultado acumulado deste ano foi pior que nos demais anos, como é possível observar no Quadro 10, que traz a captação líquida da modalidade no 1º bimestre desde 2012. Neste ano, os saques superaram os depósitos em R\$ 45,4 bi, pior início de ano desde 2003 (em % do PIB).

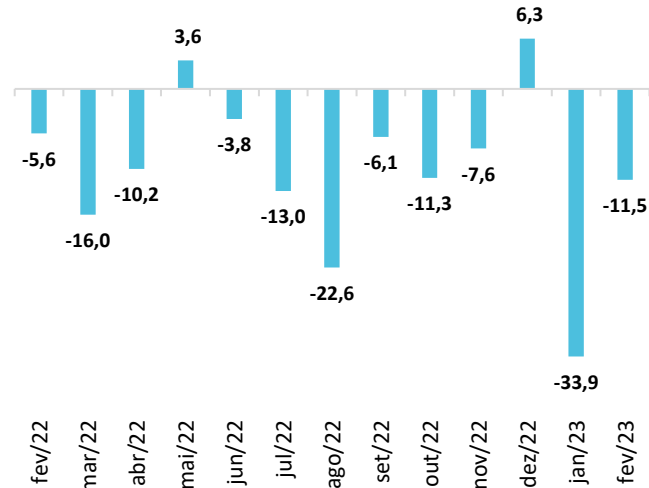
Desta forma, o saldo de recursos na caderneta de poupança atingiu R\$ 968,0 bi em fevereiro, ou 9,8% do PIB (cf. Quadro 11), seguindo em trajetória de queda, atingindo sua menor proporção em relação ao PIB desde maio de 2012 (9,7% do PIB).

Por outro lado, nota-se crescimento do estoque de recursos em depósitos à prazo, que atingiu R\$ 2,1 tri em fevereiro, ou 21,1% do PIB (ante 20,0% do PIB em abr/22 e 16,6% em fev/20). Ou seja, tem havido uma divergência significativa entre ambas as modalidades, com a caderneta perdendo recursos, enquanto os depósitos à prazo tem ganhado. A provável explicação para isso é a diferença de rentabilidade entre as modalidades, com os depósitos à prazo atrelados ao CDI, num cenário de elevada taxa Selic, enquanto a poupança rende apenas 6,17% aa + TR no ano.

Outro ponto relevante é que, apesar de tal divergência, a soma do volume de depósitos à prazo e em poupança hoje é maior do que era antes da pandemia (30,9% do PIB ante 27,8%), indicando que o sistema mantém bom volume de liquidez.

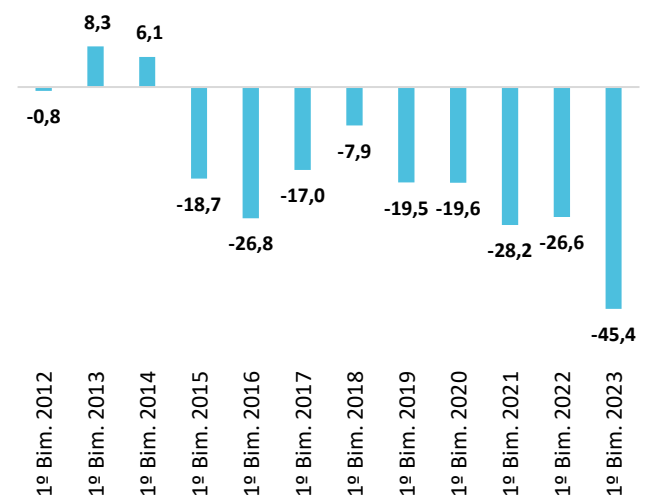
Portanto, a manutenção da taxa Selic em elevado patamar deve seguir pressionando a retirada de recursos da caderneta, seja pela migração para opções mais rentáveis de investimento ou pela deterioração das condições financeiras das famílias. O ponto de atenção é seu possível impacto negativo sobre o crédito imobiliário e em IFs mais dependentes desta fonte de *funding*.

Quadro 9: Captação Líquida da Caderneta de Poupança Em R\$ bi (IPCA de Fev/23) – Evolução Mensal



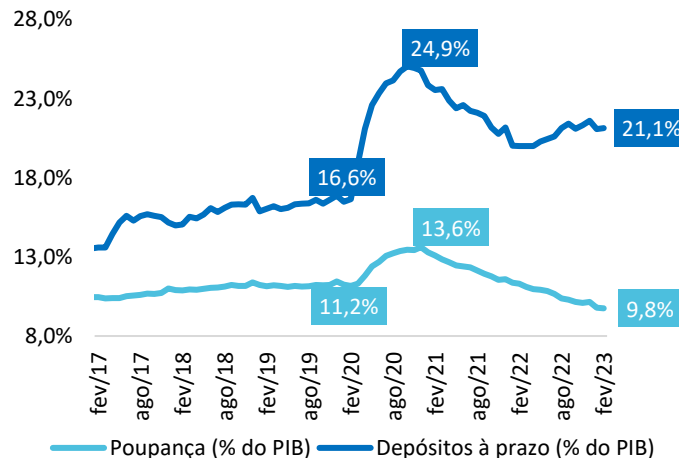
Fonte: Bacen.

Quadro 10: Captação Líquida no 1º Bimestre Em R\$ bi (Valores de Fev/23 – IPCA)



Fonte: Bacen.

Quadro 11: Saldo de Recursos na Caderneta de Poupança e Depósitos à prazo - Em % do PIB



Fonte: Bacen.

Boletim do Mercado de Capitais Anbima – Fev/23

CRÉDITO / BANCOS

A Anbima divulgou o relatório de emissões no mercado de capitais doméstico, que mostrou um volume bastante baixo em fevereiro. Segundo a entidade, foram captados apenas R\$ 13,0 bilhões no mês, volume mais baixo desde o auge da pandemia (R\$ 10,8 bi em mai/20). Tal resultado representa uma queda de 51,2% ante jan/23 e de 73,2% em relação a fev/22. Vale ressaltar que as ofertas em análise e em andamento, não contabilizadas na divulgação, totalizaram R\$ 19,2 bi.

A forte queda no mês de fevereiro provavelmente reflete o aumento da aversão ao risco no mercado de capitais (e de crédito) em função do caso envolvendo as Lojas Americanas. Diante de tal evento, os investidores passaram a exigir um prêmio de risco maior, elevando o custo de captação para as empresas. Com isso, as empresas suspenderam suas emissões, aguardando um momento melhor para captar os recursos no mercado.

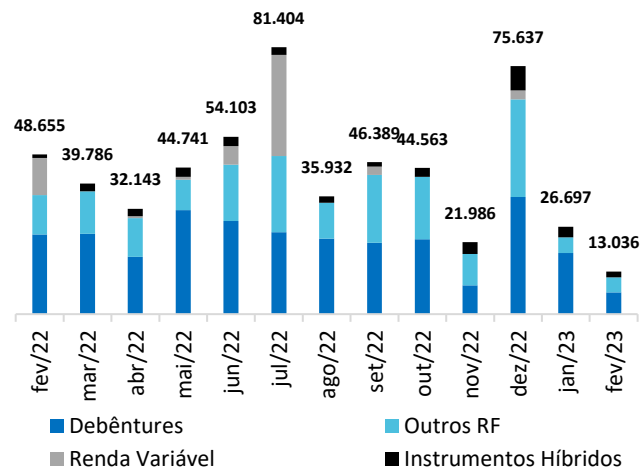
As emissões continuaram concentradas nos instrumentos de renda fixa, que representaram 86,1% do total captado no mês, enquanto o restante (13,9%) veio dos instrumentos híbridos (FIIs e FIAGROs). As debêntures lideraram novamente as emissões, com captação de R\$ 6,6 bi em fevereiro (50,9% do total). Ainda, foram captados R\$ 4,6 bi em outros instrumentos de renda fixa, com destaque para os CRAs (R\$ 1,9 bi, +85,8%) e notas comerciais (R\$ 1,4 bi, +84,2%), que elevaram o volume ante jan/23.

Diante do fraco resultado de fevereiro, no acumulado do ano, o volume captado no mercado de capitais ficou 40,6% menor do que em 2022, com queda generalizada entre os principais instrumentos: outros instrumentos de renda fixa (-56,9%), debêntures (-19,1%) e, em especial, renda variável que segue sem nenhuma operação desde jan/22, em função da manutenção da taxa Selic em alto patamar, além do cenário de incerteza.

Interessante notar que parte do aumento da aversão ao risco está se refletindo no aumento do volume das debêntures que passaram a ser detidas pelos intermediários ligados à oferta (Quadro 14). A elevação deste percentual sugere que os bancos, que coordenam a emissão, tiveram que “encarteirar” a maior parte desses títulos diante da redução da demanda, principalmente dos fundos de investimento.

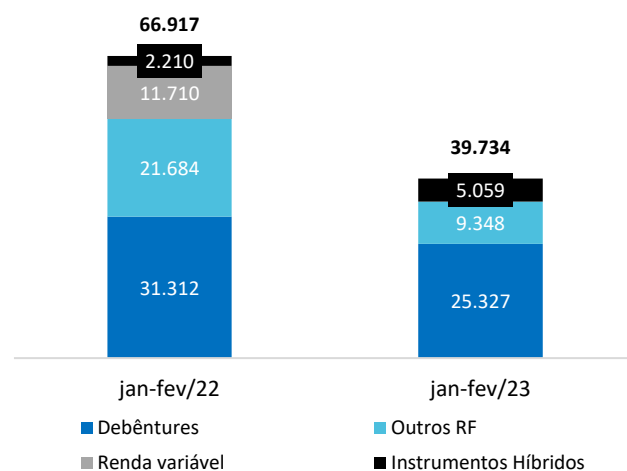
Os números dos próximos meses serão importantes para verificar se essa piora do apetite do mercado foi pontual ou se pode ser algo estrutural, decorrente não apenas do caso das Lojas Americanas, mas também do cenário de juros elevados e expectativa de desaceleração econômica.

Quadro 12: Captação no Mercado de Capitais por instrumento - Em R\$ mi



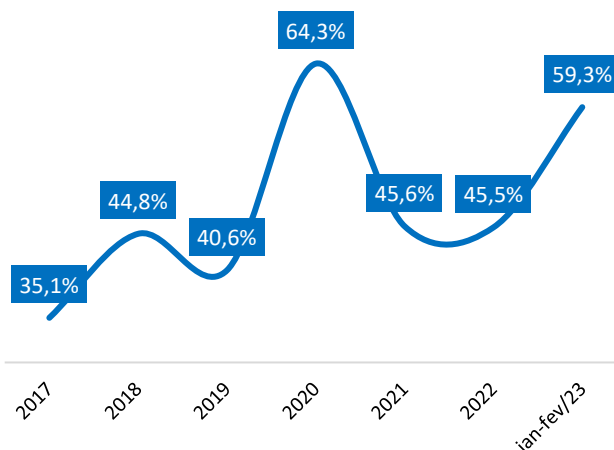
Fonte: Anbima. Elaboração: Febraban.

Quadro 13: Captação no Mercado de Capitais Acum. no ano por instrumento - Em R\$ mi



Fonte: Anbima. Elaboração: Febraban.

Quadro 14: Intermediários ligados à oferta como detentores das Debêntures – Em % do volume



Fonte: Anbima. Elaboração: Febraban.

Regulação – Comitê de Estabilidade Financeira do Banco Central (Comef)

CRÉDITO / BANCOS

Ata do Comef trouxe detalhes sobre sua avaliação do SFN e indicou que não há necessidade de ajuste na política macroprudencial no curto prazo

Em sua 52ª reunião, realizada nos dias 1º e 2 de março, o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) do Banco Central optou por manter o Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCPBrasil) em 0% e avaliou que, no momento, a política macroprudencial neutra segue adequada, dada à ausência de acúmulo significativo de riscos financeiros. Contudo, destacou que está atento à evolução do cenário doméstico e internacional e segue preparado para atuar, se julgar necessário.

Na leitura da conjuntura referente ao SFN, o Comef destacou que o crescimento do crédito está desacelerando. Porém, apesar do arrefecimento das concessões nas linhas mais arriscadas, como cartão de crédito e empréstimo pessoal não consignado, o volume de concessões segue elevado, o que requer atenção diante do elevado nível de comprometimento de renda das famílias. Entre as pessoas jurídicas, o Colegiado avaliou que também houve alguma desaceleração do crédito, mas sem alteração relevante nos critérios de concessão. Já o mercado de capitais segue como fonte relevante de financiamento, embora também com alguma redução de seu ritmo de expansão. De toda forma, o documento apontou que “eventos pontuais em empresas de grande porte geraram uma deterioração nos preços de ativos no mercado de títulos privados”, aumentando a volatilidade e os spreads, além de serem observados efeitos em algumas linhas no mercado de crédito.

O Comef também destacou que está atento à dinâmica dos resgates da caderneta de poupança e seus efeitos sobre o crédito imobiliário. Ainda, ressaltou que houve queda na rentabilidade do SFN, impactada sobretudo pelo aumento das despesas com provisão (com grande peso do caso das Lojas Americanas), redução das margens de crédito, baixo crescimento das receitas com serviços e alta das despesas administrativas, em decorrência da inflação.

Em relação às provisões, o Comef julgou que estas estão em nível adequado e seu aumento deriva da maior materialização de risco, seja por conta do forte crescimento do crédito em modalidades mais arriscadas, do aumento do comprometimento de renda, redução da capacidade de pagamento entre as MPEs e em casos pontuais em empresas de grandes porte. Adicionalmente, o documento reforçou que os níveis de capitalização e liquidez do SFN continuam acima dos mínimos exigidos. E, apesar das preocupações destacadas, a ata destacou que os resultados dos testes de estresse seguiram indicando que o sistema está preparado para lidar com aumentos consideráveis nos ativos problemáticos, sem apresentar desenquadramentos relevantes.

No cenário global, o Comef destacou que os bancos com importância sistêmica (GSIBs) tem elevado suas provisões devido ao ambiente de alta das taxas de juros, inflação elevada e desaceleração econômica. Tal conjuntura ganha relevância quando se tratam de países onde boa parte das hipotecas são contratadas com taxas de juros reajustáveis, o que pode deteriorar ainda mais a capacidade de pagamento das famílias. A principal preocupação segue com a possibilidade de um aperto monetário mais longos que o esperado nas principais economias, que poderia causar uma reprecificação dos ativos financeiros. De toda forma, o Comef apontou que as economias emergentes têm mostrado resiliência diante do aperto das condições financeiras.

O Comitê voltará a se reunir no dia 23 de maio. Vale ressaltar que eventuais alterações do ACCPBrasil entram em vigor apenas um ano após a deliberação do Comef.

Para ler o conteúdo completo da ata do Comef, [clique aqui](#).

CRÉDITO / BANCOS

BCB – Real Digital
BCB anuncia diretrizes do projeto-piloto do Real Digital

O BCB anunciou a revisão das diretrizes para o Real Digital, informando que o desenvolvimento de uma plataforma de testes será iniciado para o projeto-piloto, o Piloto RD. A moeda digital (CBDC, em inglês) passará por um período de testes em ambiente simulado, sem envolver valores reais. Com isso, a autoridade irá avaliar os benefícios da plataforma de tecnologia de registro distribuído (*Distributed Ledger Technology* – DLT), para as operações com ativos *tokenizados*. A ideia é verificar o funcionamento da plataforma cumprindo todos os requisitos legais do sistema financeiro, como sigilo bancário, proteção dos dados e prevenção à lavagem de dinheiro.

O piloto contará com a participação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e contemplará a emissão de Títulos Públicos Federais e a liquidação de transações envolvendo esses títulos através do sistema Delivery versus Payment (DvP) no nível do cliente final.

Segundo o BCB, uma das diretrizes do Real Digital é que os ativos *tokenizados* seguirão os mesmos regimes e normas que os ativos na forma atual, com o objetivo de não gerar assimetria. Além disso, a expectativa do BCB é que a plataforma DLT permita diversos tipos de ativos registrados simultaneamente e que ela seja capaz de incorporar contratos inteligentes (*smart contracts*) e dinheiro programável. Na nota, o BCB também trouxe os requisitos básicos para o Piloto RD, detalhando a plataforma que será utilizada, os tipos de ativos, transações e funcionalidades essenciais.

Para ler o conteúdo completo da nota do BCB, [clique aqui](#). Já os detalhes do voto do BCB podem ser acessados através deste [link](#) (parágrafos 24 a 40 do voto).

BCB – Regulação
BCB promove ajustes nas Instruções de Preenchimento e leiaute do DLO

Através da Instrução Normativa nº 356, o BCB fez ajustes nas Instruções de Preenchimento e no leiaute do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO). Tais alterações visam atender mudanças normativas estabelecidas através das Resoluções nº 229, 239 e 266 editadas em 2022. A IN promoveu os ajustes para atender as seguintes mudanças normativas, a saber:

I - da Resolução BCB nº 229, com entrada em vigor postergada para 1º de julho de 2023;

II - da Resolução BCB nº 239, que altera a Circular nº 3.809, responsável pelos procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD); e

III - da Resolução BCB nº 266, de 25 de novembro de 2022, que altera circulares e resolução BCB que estabelecem procedimentos para cálculo das parcelas do montante de ativos ponderados pelo risco (RWA), do Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACPCContracíclico) e do capital para cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) para aplicação ao conglomerado do Tipo 3 e altera as circulares que estabelecem as parcelas de RWA nas abordagens simplificadas para aplicação aos conglomerados dos Tipos 2 e 3.

Além disso, foram feitos ajustes nas instruções de preenchimento e no leiaute por conta da edição das Resoluções CMN ns. 4.955, 4.957 e 4.958, e das Resoluções BCB ns. 111 e 239.

Para ler a instrução normativa na íntegra, [clique aqui](#).



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2023				2024			
	10/03/23	03/03/23	10/02/23	Viés	10/03/23	03/03/23	10/02/23	Viés
IPCA (%)	5,96	5,90	5,79	▲	4,02	4,02	4,00	↔
PIB (% de crescimento)	0,89	0,85	0,76	▲	1,50	1,50	1,50	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	12,75	12,75	12,75	↔	10,00	10,00	10,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,25	5,25	5,25	↔	5,30	5,30	5,30	↔

Fonte: Banco Central do Brasil

Indicadores do Mercado	10/03/23	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,21	0,33%	-0,42%	-1,25%	3,90%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	227,78	4,87%	-1,85%	-10,34%	3,39%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	13,64	-0,02%	-0,02%	-0,07%	18,78%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	12,97	-2,28%	-2,17%	-3,29%	-1,15%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	12,89	-3,98%	-1,62%	2,12%	6,05%
Índice Ibovespa (em pontos)	103.618,20	-0,24%	-1,25%	-5,57%	-8,84%
IFNC (setor financeiro)	9.777,57	2,56%	-0,48%	-4,64%	-5,83%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	4,75	0,00%	0,00%	5,56%	1800,00%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,59	-5,57%	-4,77%	3,62%	170,36%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	3,70	-6,40%	-5,65%	-4,54%	86,20%
Dollar Index	104,58	0,05%	-0,28%	1,02%	6,16%
Índice S&P 500 (em pontos)	3.861,59	-4,55%	-2,73%	0,58%	-9,34%
Índice de ações de bancos – EUA	101,91	-12,25%	-13,22%	-10,68%	-18,20%
Índice Euro Stoxx 50	4.229,53	-1,52%	-0,21%	11,49%	15,83%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	112,00	-5,10%	-5,36%	16,84%	32,58%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	82,78	-3,55%	-1,32%	-3,64%	-24,28%

Fonte: Bloomberg

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira